



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2019**  
**(Do Sr. Jesus Sérgio)**

“Solicita informações ao Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), acerca dos gastos com cartão corporativo”.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), acerca dos gastos com cartão corporativo, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Qual o valor total dos gastos feitos por meio dos cartões corporativos do governo federal entre janeiro e abril de 2019?
- b) Qual o valor total dos gastos vinculados à Secretaria de Administração da Presidência da República entre janeiro e abril de 2019?
- c) Qual o valor total dos gastos vinculados especificamente aos cartões corporativos do Presidente e Vice-presidente da República, entre janeiro e abril de 2019, detalhados mês a mês?
- d) Quantos servidores do governo federal estão registrados e fazem uso de cartão corporativo?
- e) Detalhar as despesas de cada cartão corporativo, mês a mês.



## **JUSTIFICAÇÃO**

Matéria publicada pelo Jornal O Estado de São Paulo, em 06 de março de 2019 intitulada: “**Com Bolsonaro, Presidência eleva em 16% gasto com cartão corporativo**”, traz um levantamento dos gastos do governo federal vinculados aos cartões corporativos nos meses de janeiro e fevereiro de 2019.

O jornal destaca despesas como lanches no McDonald's em Brasília e churrascaria especializada em carnes nobres importadas da Argentina, no Rio de Janeiro.

Segundo o mesmo jornal, durante a transição o Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni chegou a cogitar a extinção dos cartões corporativos. Entendemos tratar-se de uma ferramenta importante para dar maior mobilidade e desburocratizar os gastos de servidores e autoridades do governo federal, que precisam viajar continuamente em missão oficial. É necessário, porém, lisura, ética e transparência dos gastos nessa modalidade.

Nesse sentido, o Parlamento Brasileiro, que tem as prerrogativas constitucionais para fiscalizar os atos do Poder Executivo, precisa estar informado do uso que vem sendo feito dos cartões corporativos pelos servidores e autoridades do governo federal, que têm em seu nome, registros dessa modalidade de pagamentos.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e solicito ao Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 2019.

**JESUS SÉRGIO**  
**Deputado Federal – PDT/AC**